

OS AÇORIANOS NA CAPITANIA DO ESPÍRITO SANTO E A FUNDAÇÃO DA POVOAÇÃO DE VIANA 1813 - 1822

Marcus Benatti Antonini Rangel Pimentel¹

Resumo: *A vinda da família real em 1808 insere o Brasil no mundo. O Espírito Santo, pouco povoado, é alvo de uma das primeiras experiências imigratórias do país. Paulo Fernandes Viana (1758-1821), Intendente Geral da Polícia, comanda o processo. Francisco Alberto Rubim (1768-1842), seu sobrinho, não por acaso nomeado Governador da Capitania, é o executor do projeto. Surge a colônia de Santo Agostinho, depois Viana, homenagem a seu idealizador, agora com mais de duzentos anos (1813-2024).*

Abstract: *The arrival of the royal family in 1808 inserts Brazil into the world. Espírito Santo, sparsely populated, is the target of one of the country's first immigration experiences. Paulo Fernandes Viana (1758-1821), General Superintendent of the Police, commands the process. Francisco Alberto Rubim (1768-1842), his nephew, not by chance appointed Governor of the Captaincy, is the project's executor. The colony of Santo Agostinho appears, then Viana, a*

¹ Advogado e genealogista associado do CBG – Colégio Brasileiro de Genealogia, IHGES – Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e do CEGH- Colégio Espírito-santense de Genealogia e Heráldica.

tribute to its creator, now more than two hundred years old (1813-2024).

A Capitania do Espírito Santo, assim denominada no primeiro quartel do século XIX, após 82 anos sendo governada por capitães-mores, ou seja, desde a sua compra pelo Rei de Portugal D. João V de seu último donatário, Cosme de Moura Rolim, por escritura feita em Lisboa aos 6 de abril de 1718, encontrava-se num processo de estagnação, utilizada como barreira natural para a proteção da Capitania de Minas Gerais e suas lavras de ouro e diamantes, fundamentais para a sustentabilidade do governo português.

Ao último Capitão-mor Manoel Fernandes da Silveira, sucedeu com o título de Governador, Antonio Pires da Silva Pontes, ainda subordinado ao Governo da Bahia, em 20 de março de 1800, que, entre outras realizações, fixa em 8 de outubro de 1800, juntamente com o Governador e Capitão-General da Capitania de Minas Gerais Bernardo José de Lorena, os limites das Capitanias do Espírito Santo e Minas Gerais, no então existente Quartel do Porto de Souza, situado na foz do Rio Guandu, que alimenta com suas águas o Rio Doce. Na sucessão governamental, assume em 17 de dezembro de 1804, Manoel Vieira de Albuquerque e Tovar, que inicia um processo de interiorização, mesmo que incipiente, edificando uma povoação, que denominou de Linhares, no lugar onde existiu a aldeia de Coutins, às margens do Rio Doce, região norte do Espírito Santo.

Com a chegada ao Rio de Janeiro da família real portuguesa, em 7 de março de 1808, impelida que foi pela invasão do país por tropas francesas comandadas pelo General Andoche Junot, Duque de Abrantes, o príncipe regente D. João, começa imediatamente a tomar providências com o intuito de viabilizar a administração da colônia brasileira. Foram, então, criados diversos ministérios, como os de Negócios do Reino, da Marinha e Ultramar, da Guerra e de Negócios Es-

trangeiros. Em 5 de abril de 1808 surge a Intendência Geral da Polícia da Corte e do Estado do Brasil, sendo nomeado para ocupá-la, o Desembargador do Paço Paulo Fernandes Viana, que operou mudanças significativas na cidade do Rio de Janeiro, como a edificação de quartéis, organização de livros relativos à administração como um todo, matrícula de estrangeiros, recolhimento de tributos, melhorias nas comunicações com as outras regiões do Brasil, aterros e saneamento, entre tantas realizações.

Paulo Fernandes Viana, à frente da Intendência Geral da Polícia, será o responsável pela vinda dos açorianos para a Capitania do Espírito Santo em 1813, consolidando um projeto de ocupação do solo, que era o objetivo principal para o desenvolvimento da região que compreendia o Espírito Santo e o sul da Bahia. Efetivamente, o governo central adotava medidas para povoar as regiões esparsamente povoadas ou despovoadas, que eram uma preocupação de D. João VI e seus conselheiros, naquela fase da regência.

“A parte entre a capitania do Rio de Janeiro e a cidade de São Salvador, isto é, o Espírito Santo e o sul da Bahia, constituíam um trecho pouco povoado e, portanto, pouco cultivado. As pujantes florestas à pequena distância da costa, ou mesmo no litoral, formam uma das características da paisagem, ao mesmo tempo que formavam um obstáculo à colonização, outrossim contrariada pelos bugres. Um dos esforços mais tenazes, senão dos mais felizes do governo de Dom João VI no sentido de desbravar a terra brasileira, ia justamente localizar-se neste ponto, buscando-se com empenho abrir comunicações do mar para Minas Gerais.”².

O primeiro quartel do século XIX representou para o Brasil um período de mudanças econômicas, sociais e políticas, com reflexos alvissareiros na então Capi-

² Oliveira Lima, 1996, 3ª, Ed., p.107.

tania do Espírito Santo, que amargava um século de isolamento, situado entre a Capital São Salvador da Bahia, a Capitania de Minas Gerais com suas minas de ouro e diamantes e os portos do Rio de Janeiro, por onde era escoada essa produção.

Os reis de Portugal, após os descobrimentos das minas de ouro, relegaram a Capitania do Espírito Santo a um papel de defesa da região. Afinal, era a indústria mineradora que financiava as despesas do Estado Português, pequeno em termos de população e extensão e frágil em poderio militar, para se contrapor aos interesses de outras nações europeias, principalmente França, Espanha e Holanda, que, desde o descobrimento do Brasil e da implantação das capitanias hereditárias, cobiçavam o seu império ultramarino.

A cobertura florestal exuberante, à época, na Capitania do Espírito Santo, por si só era uma fortaleza natural às propensas intenções de invasão, sendo Vitória, sua capital, o caminho mais curto para se atingir a região aurífera mineira. Tal premissa levou os reis de Portugal a coibirem o estabelecimento de fazendas e colonos no interior, ficando seus habitantes presos ao litoral, existindo efetivamente poucas vilas e povoados, no final do século XVIII e começo do século XIX.

O temor de um ataque por parte dos países rivais motivou o governo português a desenvolver na Capitania do Espírito Santo, a partir do início do século XVIII, um processo de militarização, com as visitas frequentes de engenheiros militares, que tinham a finalidade de construir e reformar fortalezas e fortins, tais como a Fortaleza de São Francisco Xavier na barra da baía do Espírito Santo, próxima à Vila Velha, mandada construir por ordem do Governador e Capitão-General Dom Rodrigo da Costa e, posteriormente, na Vila de Vitória, a Fortaleza de São João e os Fortes de Nossa Senhora da Vitória, Nossa Senhora do Monte do Carmo, Santo Inácio e São Diogo, pelo Conde de Sabugosa, Vice-Rei do Brasil no

ano de 1726. Ao término do século XVIII e começo do século XIX, a força militar capixaba era considerável, proporcionalmente à sua diminuta população, constituída de tropa de linha, subordinada ao governador-geral do Estado do Brasil, tropa auxiliar de ordenanças, subordinada ao capitão-mor, constituída de infantaria, cavalaria e artilharia, tendo esta última arma a finalidade de guarnecer os fortes e fortins, além da tropa auxiliar de milícias, sob o comando direto do alcaide-mor. Sua economia, porém, continuava dependente da monocultura açucareira, com poucos avanços na diversificação da agricultura e com resultados nem sempre satisfatórios.

Tendo início o século XIX, a Capitania do Espírito Santo contava com imensos vazios demográficos no seu território. A vinda da família real para o Brasil em 1808, fixando-se na cidade do Rio de Janeiro, trouxe ao país mudanças radicais nos costumes, nas artes, na arquitetura e na educação, que mudariam definitivamente os destinos da incipiente nação brasileira. Foi, então, adotada pelo príncipe regente D. João VI e seu recém-criado gabinete uma estratégia política para preencher esses vazios, incentivando a imigração de famílias oriundas do Velho Mundo, que caracterizaram, neste aspecto da questão em tela, esse século.

As correntes imigratórias mais conhecidas no Espírito Santo, até porque mais recentes, são a germânica e a italiana, tendo a primeira seu princípio com a fundação da colônia de Santa Isabel, no ano de 1847, em área situada no território da então freguesia de Viana e a segunda, em 1874, com a denominada Expedição de Pietro Tabacchi, que fundou a colônia de Nova Trento, na Vila de Santa Cruz, ao norte de Vitória.

No entanto, a imigração açoriana que ocorreu entre fevereiro de 1813 e março de 1814, ou seja, exatos 34 anos antes da primeira e 61 anos antes da segunda corrente imigratória, foi precursora desse modelo de colonização adotado pelos Governos Central e Regional, no transcorrer do século abordado neste artigo.

Dentro desse contexto, efetiva-se a criação da povoação de Viana, com a instalação de colonos oriundos do arquipélago dos Açores, pertencente a Portugal, formado por nove ilhas a seguir descritas: Santa Maria e São Miguel, as primeiras a serem povoadas a partir de 1439 por intermédio de Gonçalo Velho, com famílias idas da Estremadura, Alentejo e Algarve; Terceira, no ano de 1450, sob o comando do flamengo Jácomo de Bruges, juntamente com várias famílias portuguesas; Graciosa, povoada por Pedro Correia e Vasco Gil Sodré, anteriormente a 1510, com muitas pessoas das respectivas famílias; Faial e do Pico, doadas por volta de 1466, ao flamengo Josse Van Huertere, casado com Beatriz de Macedo e sogro de Martinho da Boémia, na companhia de muitos flamengos, dentre os quais se destaca Wilhelm Van der Haagem (Guilherme da Silveira); Flores e de São Jorge, posteriormente ao ano de 1466, por intermédio do flamengo Wilhelm Van der Haagem (Guilherme da Silveira), que, após desentendimento com o colonizador das ilhas do Faial e do Pico, passou a essas, promovendo os primeiros trabalhos de povoamento; Corvo, povoada por elementos oriundos da ilha das Flores, em período posterior a 1466. Vale ressaltar que, no decorrer dos séculos, a população açoriana recebeu elementos de várias origens, como italianos, castelhanos, franceses, ingleses e escoceses³.

Tal fato ocorre em 15 de fevereiro de 1813, poucos anos após a transferência da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, que, por meio de sua gestão administrativa, realizou mudanças marcantes nesse período histórico, com a implantação de projetos dos mais diferentes matizes, que se tornaram um marco referencial de desenvolvimento para o Brasil e, particularmente, para o Estado do Espírito Santo.

Além de incentivar o povoamento da região, D. João VI determina a abertura de

³ Serrão, 1985, p.19

estradas para o interior do país, sendo levada a cabo, no Espírito Santo, a construção de uma dessas, a princípio denominada estrada nova do Rubim. Esse caminho recebeu posteriormente o nome de São Pedro de Alcântara, com a extensão de mais de 70 léguas, sendo mais de 25 léguas dentro de mata virgem, cujo início se deu em 14 de setembro de 1814, ligando a Vila de Vitória a Vila Rica, na Capitania de Minas Gerais, sendo encarregado de sua construção Inácio Pereira Duarte Carneiro⁴. Dentre vários benefícios auferidos na construção dessa estrada, podemos registrar o corte de madeiras de lei, como o tapinhoã, próprias para a construção naval, nos sertões às margens do rio Santa Maria, que cruzava essa estrada um pouco adiante do seu ponto de partida, para o recém-criado Arsenal de Marinha situado no Rio de Janeiro, o povoamento da região cortada por ela, com o assentamento de colonos nas suas laterais e o estabelecimento do comércio entre o Espírito Santo e Minas Gerais.

A instalação de colonos ao longo dessa estrada, ou próximo a ela, no início da sua construção, estava inserido no projeto maior de ocupação do solo espírito-santense e a formação da Vila de Viana ocupou papel fundamental nesse episódio.

Logo após as famílias de açorianos fixarem-se em Viana e, decorridos três anos do desembarque da última remessa de colonos no porto de Vitória, ou seja, no ano de 1817, o Governador Rubim mandou que se abrisse uma estrada ligando a povoação, a estrada de São Pedro de Alcântara:

⁴ Capitão da Companhia de Infantaria de Linha e Comandante da 2ª Divisão do Sul do Corpo de Pedestres e depois promovido a Sargento-Mor, do mesmo Corpo de Pedestres, por Decreto de 27 de fevereiro de 1816, com graduação de Tenente-Coronel, em remuneração pela estrada que abriu entre as Províncias do Espírito Santo e Minas Gerais.

“Em 1817, foi que Rubim ligou a povoação de Viana, por outra grande estrada, medindo 10 léguas de extensão, que ia encontrar a de São Pedro de Alcântara a 700 braças ao norte do Quartel de Ourém, passando pelos quartéis de Borba e Melgaço”⁵.

O encarregado da obra de ligação da povoação de Viana com a estrada de São Pedro de Alcântara foi o Alferes Antonio Leite Barbosa, que comandava a guarnição militar sediada em Viana, desde a sua instalação. Apesar de já se encontrar transitável em 1816, ano em que algumas fontes, consideram-na como terminada, a finalização da construção da estrada de São Pedro de Alcântara, demoraria mais alguns anos, ou seja, até o ano de 1821, como se verifica em documento datado de 9 de fevereiro de 1836 e assinado pelo Coronel Graduado do Extinto Estado Maior do Exército, Inácio Pereira Duarte Carneiro, quando, ao completar 36 anos de serviços prestados à corporação, requer sua aposentadoria e informa que foi encarregado:

“da abertura da estrada para Minas Gerais em 1814, desde o seu começo, até sua conclusão, serviço este da maior importância pelas vantagens que dele resultaria aos povos das duas Províncias, a Fazenda Nacional, se o Governo desta Província, cuidasse na sua conservação no qual o suplicante consumiu sete anos de efetiva residência dentro de matos incultos, e com ele sua saúde, sem outra vantagem mais que o simples soldo de sua Patente, sem ter um Oficial Imediato em quem descansasse, nem Piloto que o dirigisse quando rompeu o sertão entre as duas Províncias”⁶.

Pode-se extrair desse requerimento, subscrito pelo encarregado da construção da estrada de São Pedro de Alcântara, que os trabalhos pertinentes a sua abertura,

⁵ Balestrero, 1976, p. 132.

⁶ APE, R.P.M, L18-A 1836

duraram sete anos, ou seja, de 1814 até 1821, confirmando a assertiva constante na obra do historiador Heribaldo Lopes Balestrero, quando afirma que a primeira boiada conduzia pela estrada oriunda das Minas Gerais, chegou à Cidade de Vitória em 22 de junho de 1820.

Quando da sua visita à povoação de Viana em 1818, Auguste de Saint-Hilaire descreve uma visão paradisíaca do lugar.

Porém, muitos foram os problemas encontrados na sua execução e, para exemplificar, citamos o seguinte trecho⁷:

“Eram, porém, tamanhas as dificuldades que, quando o Governador Francisco Alberto Rubim construiu uma estrada de mais de 22 léguas desde o último morador do Rio Santa Maria até perto da margem do rio Pardo, houve que lhe por guarnições de três em três léguas por causa dos índios Botocudos. Em carta régia de 4 de dezembro de 1816, recomendaria, não obstante, o soberano a conclusão dessa estrada e que outras se fizessem para reduzir a cultura do vasto sertão, aproveitar suas riquezas e facilitar as relações de comércio, ao mesmo tempo, civilizando-se os índios bravos com reprimirem-se suas correrias. Para tal fim isentavam-se de direitos, por dez anos, os gêneros transportados do Espírito Santo para Minas Gerais pelas estradas que se abrissem ou pelos rios que se achassem navegáveis, pagando apenas os impostos à beira-mar; e isentavam-se do dízimo os gêneros cultivados no sertão, dividido o terreno e concedido por sesmarias ou distribuído pelas cartas de datas para lavra de ouro das minas. No desejo ardente de conseguir estes resultados de progresso, desde 1811 se declarara conquistadas aos índios, desbravadas e entregues, ou melhor, restituídas à indústria particular para que as aproveitasse, as terras do rio Doce e afluentes. Sem a completa sujeição dos indígenas, ociosa se tornaria qualquer séria tentativa de caráter prático no interior, pois que eles o percorri-

⁷ Saint-Hilaire, 1974, p. 108.

am de flechas e arcos na mão, exterminando mesmo a caça que deveria servir de primeira alimentação aos colonos e levando a devastação até às povoações fundadas pelos brancos. O terror justamente inspirado pelos assaltos e depredação dos Botocudos, que dominavam as margens desse pequeno sistema fluvi-al, e tinham destruído as fazendas uma vez fundadas à beira dos rios Doce e Belmonte, era a principal razão de só serem habitadas na costa a capitania do Espírito Santo e a comarca baiana de Porto Seguro de não contarem com sua saída mais natural as comarcas mineiras do Sabará e Serro do Frio. A filantropia do Correio Brasiliense condenou severamente a guerra feroz aos Botocudos, empreendida por ordem do Conde de Linhares, mas, sem o emprego da força para avassalar esses selvagens rebeldes, é lícito perguntar como se conseguiria renovar com escravos, imigrantes, bestas, bois e o mais aparelho de trabalho, as 144 fazendas outrora estabelecidas naquela região.

Entretanto, feita a guerra, informava o capitão-general conde da Palma ao ministro Linhares que as duas das divisões militares criadas haviam afluído para cima de 3.000 pessoas com fazendas ou para se ocuparem na mineração.”⁸

O temor se comprova nas observações feitas pelos naturalistas, Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied e Auguste de Saint-Hilaire, ao visitarem a Capitania do Espírito Santo no mesmo espaço de tempo.

As narrativas a seguir justificam o medo que se alastrou entre os colonos açorianos e em toda a população da Capitania e efetivamente o Governador Rubim mandou instalar ao redor da nascente povoação de Viana quatro quartéis, que eram guarnecidos por efetivos da 2ª Divisão do Sul do Corpo de Pedestres, em número de trinta e quatro soldados pedestres e um alferes, comandada pelo Tenente-Coronel Inácio Pereira Duarte Carneiro, o mesmo que foi encarregado

⁸ Oliveira Lima, 1996, p.108.

da abertura da estrada de São Pedro de Alcântara:

*“Todas as numerosas vantagens usufruídas pelos habitantes de Viana eram, na época de minha viagem, compensadas tristemente pelo temor que, sem cessar, causava a vizinhança dos índios inimigos. Estes, aliás, se mostravam tão bárbaros que o pavor era bem justificado. Mais ou menos 20 dias antes de minha chegada ao lugar, o Tenente Bom Jardim soube que eles haviam massacrado um colono e raptado um de seus filhos”*⁹

Consubstanciando a citação retro, temos a seguinte informação:

*“Esses selvagens se distinguem pelo costume de comer carne humana e pelo espírito guerreiro: têm oferecido, até agora, obstinada resistência aos portugueses. Se algumas vezes se mostraram amigáveis em certo lugar, cometeram excessos e hostilidades em outro; daí nunca ter havido um entendimento duradouro com eles”*¹⁰.

A preocupação com os índios Botocudos remonta ao princípio da colonização do território capixaba e das terras vizinhas ao norte:

“As primeiras notícias sobre os Botocudos, ainda chamados de Aimoré ou Ta-puia, datam dos primeiros anos de tentativa de colonização do país. O território ocupado pelos Botocudos compreendia grandes faixas da Mata Atlântica e da Zona da Mata na direção leste-sudeste, constituídas de florestas latifoliadas tropicais, cujos limites prováveis seriam o vale do salitre, na Bahia, e o rio Doce, no Espírito Santo. Desconhecemos se tal ocupação foi processada simultaneamente ou se em decorrência da intensa migração dos vários grupos, acentuada pelo contato belicoso com a sociedade dominante - a referida ocupação

⁹ Saint-Hilaire, 1974, p. 111.

¹⁰ Wied-Neuwied, 1989, p.153.

deu-se nos vários pontos em momentos históricos diferentes”¹¹.

No que diz respeito aos índios que transitavam na região onde se instalou a povoação de Viana, merece que se faça uma abrangente e detalhada pesquisa, pois, como se vislumbra nessas narrativas e em outras, como a da lavra do naturalista Saint-Hilaire, os índios que hostilizavam os colonos açorianos eram os Botocudos. Os viajantes baseavam-se basicamente em observações visuais para definir os povos indígenas, valendo-se das características externas, tais como os ornamentos que usavam, sem darem atenção à língua falada, seus costumes, sua divisão familiar, entre outras formas de manifestações culturais que iriam posteriormente, com o advento da antropologia e ciências afins, melhor classificá-los:

“Como os indígenas que foram mortos nas florestas de Viana pela tropa de Bom Jardim tinham o lábio inferior e as orelhas furadas, era evidente que pertenciam à nação dos Botocudos. Mas esse nome é pouco conhecido na Província do Espírito Santo, onde os selvagens são geralmente designados pelo nome de Bugres ou Gentios”¹²

O conceito sobre os povos indígenas, dos naturais do país e dos viajantes estrangeiros que visitaram o Espírito Santo, à época, é fruto, notadamente, do seu etnocentrismo, característica preponderante durante todo o século XIX. Os levantamentos e estudos das assim chamadas “sociedades primitivas” só tomaram forma a partir do fim do século XIX e início do século XX, esclarecendo a maneira como viviam esses povos.

Essa assertiva não tem o cunho de menosprezar os relevantes serviços prestados

¹¹ Carneiro da Cunha, 1992, p.413.

¹² Saint-Hilaire, 1974, p.112.

por seus interlocutores à historiografia e etnografia, pois com certeza são as melhores fontes de pesquisa sobre esses povos no momento histórico em tela, até porque nos baseamos nelas, para entendermos os acontecimentos que tentamos descrever.

A denominação de “Botocudos”, atribuída a todos os povos indígenas ainda em estado selvagem, pelos portugueses e naturais da terra, na Capitania do Espírito Santo, deriva dos artefatos que eles dispunham e com os quais se ornamentavam. A antropóloga Manoela Carneiro da Cunha narra com afinidade este fato na sua obra:

*“Sua denominação genérica – Botocudos – foi-lhes atribuída pelo uso dos botoques labiais e auriculares. Esses ornamentos eram feitos da barriguda, que depois de cortada nas dimensões desejadas, eram desidratadas no fogo, o que o tornava leve e branca. Após essa fase, o botoque era pintado à base de urucu e jenipapo com desenhos geométricos”*¹³

Conclui-se dos relatos de todos os personagens que vivenciaram o referido período histórico, principalmente os naturalistas Wied-Neuwied (1817) e Saint-Hilaire (1816-1822), que os índios, que se locomoviam em suas andanças pelas matas que circundavam a povoação de Viana, eram índios da nação dos Botocudos, apesar de estudos etnográficos e arqueológicos posteriores os localizarem ao norte, tendo como limite de atuação o Rio Doce. Dado ao seu caráter nômade, esses povos indígenas circulavam pela exuberante floresta da Capitania do Espírito Santo, como sempre fizeram seus ancestrais, existindo várias ramificações entre os mesmos, assim como descrito no trecho da mesma autora a seguir:

“Os diversos povos das famílias Maxakali (Kapoxó, Kumanaxó, Makuni, Malali, Maxa-

¹³ Carneiro da Cunha, 1992, p.423.

kali, Panyame), Kamakã (Kamakã, Kutaxó), Pataxó e da grande família dos Botocudos (em especial os Gueren no que diz respeito ao nordeste), conhecidos por Aimoré em todo o período colonial, são conjuntamente responsáveis, com suas devastadoras incursões sobre as povoações costeiras, pelo mais completo fracasso econômico das capitânicas de Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo durante todo o período colonial. Vivendo, em geral em pequenos bandos no interior das matas – ao contrário dos Tupiniquins que, na mesma região, ocuparam preferencialmente as praias, estuários e manguezais - esses povos resistiram por três séculos à conquista do seu território, que só se efetivaria a partir do início do século XIX, num sangrento processo que, em seu limite, duraria até as primeiras décadas do nosso século, já em pleno apogeu da lavoura do cacau no sul da Bahia, quando foram contatados os últimos bandos Pataxós ainda isolados”¹⁴

Mais adiante, em sua narrativa, surge outro povo indígena, citado por diversas outras fontes, quando mencionado a região e o espaço de tempo aqui suscitados, como presentes no contexto histórico e, cuja área de influência era bem próxima da povoação de Viana:

“Uma área que, no caso, estender-se-ia geograficamente do sul da Bahia a todo o estado do Espírito Santo, norte do Rio de Janeiro e leste de Minas Gerais, abrangendo, entre outros, os povos da família Puri”.

Por tudo, vale ressaltar o quanto ainda falta pesquisar sobre o assunto, elucidando fatos e acontecimentos de um determinado momento histórico, em que dois povos tão distintos culturalmente se encontraram.

Neste conjunto temporal, assume então na Capitania do Espírito Santo em 6 de outubro de 1812, sem estar sujeito ao Governador e Capitão-General da Bahia, o Capitão de Mar e Guerra Francisco Alberto Rubim da Fonseca de Sá Pereira, o terceiro com este título e primeiro independente do governo baiano. Sobrinho do

¹⁴ Carneiro da Cunha, 1992, p.413.

Intendente Geral da Polícia e Desembargador do Paço, Paulo Fernandes Viana, torna-se responsável pela criação da povoação que chamou de Viana, em homenagem ao seu ilustre parente cuja família era oriunda da cidade de Viana do Castelo em Portugal e a instalação dos casais de açorianos em 15 de fevereiro de 1813, na região ao oeste da Vila de Vitória, conhecida como sertão de Santo Agostinho.

Ao assumir seu posto, encontrou a Capitania com apenas seis vilas, nestas incluída a de Vitória, todas espalhadas ao longo da costa até o limite de três léguas da orla litorânea, seis povoações e oito freguesias, com 3.729 fogos e 24.585 habitantes, dados demográficos levantados no ano de 1817 e constantes do livro que muitos historiados atribuem como sendo de sua autoria¹⁵.

Entre 1790 e 1817, portanto decorridos 27 anos, a população cresceu parcamente com uma variação, ou seja, o acréscimo de 2.092 habitantes ~~a mais~~, é o que se verifica, compulsando documento onde o Capitão-mor Inácio Mongiardino, informa ao Governador da Bahia sobre a Capitania do Espírito Santo, em 11 de julho de 1790¹⁶.

Conclui-se desses censos que a maioria da população era de índios e escravos, sendo que havia efetivamente uma preocupação do governo em aumentar a população branca do país como um todo. Essa determinação é retratada na obra denominada, “Demonstração dos Trabalhos de Polícia”, nas palavras do seu

¹⁵ “Memórias para Servir à História Até o Ano de 1817 - Breve Notícia Estatística da Capitania do Espírito Santo, Porção Integrante do Reino do Brasil, Escritas em 1818 e Publicadas em 1840 Por Hum Capixaba”, que foi publicado em Lisboa em 1840, “Na Imprensa Nevesiana”.

¹⁶ Espírito Santo: documentos coloniais - série Documentos Capixabas, 1978, p. 48

autor, o Desembargador do Paço Paulo Fernandes Viana, ao afirmar:

“Por minhas instancias projectei e consegui, que das ilhas dos Açores se transportassem cazaes de ilhéos, que viessem augmentar a população branca d’este paiz; e vieram com effeito muitos à custa das rendas da intendência, pagaram de frete de 50# a 70# por cabeça, excepto das crianças de peito, arranjaram-se com mazadas por dois annos n’esta província na de São Paulo, Porto Seguro e capitania do Espírito Santo; a todos se deram cazas, terrenos, ferramentas, carros e bois, ou cavalgaduras, e ainda que em nenhuma parte prosperassem tanto como na capitania do Espírito Santo pela inconstancia de seos genios e pouco amor ao trabalho, na capitania, pelos cuidados do governador, que ali estava, o capitão de mar e guerra Francisco Alberto Rubim, se erigio com estes cazaes a linda povoação de Viana com cazas de telhas para cada um, igreja e capellão curado, que hoje esta já com freguezia separada da Victoria, com côngrua e cirurgiaão de ordenado pago pela intendência, que estão com seos títulos correntes de sesmaria, que já chegam a 54, e tem-se ali promovido entre si e com familias do paiz 18 cazamentos”¹⁷.

Podemos afirmar, ainda, que vários casais de açorianos foram enviados para Minas Gerais, para Porto Seguro, pela Vila de Caravelas e outros ficaram no Rio de Janeiro, como se verifica na “Relação dos Casais de Ilhéus”, que se encontra no Arquivo Público Nacional.

Compulsando esses documentos, onde se encontra a “Relação de Ilhéus”, que vieram para o Brasil efetivar o propósito governamental de povoação de uma porção geográfica do território, podemos observar que a assim chamada “Primeira Remessa” de açorianos, apesar de constar no relatório escrito por Paulo Fer-

¹⁷ Revista Trimestral do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro-Arquivo Público Nacional-Tomo 55-p. 378

nandes Viana a data de 28 de novembro de 1812, desembarcou na Cidade do Rio de Janeiro em fevereiro de 1813, vindos das “Ilhas dos Açores” a bordo do:

“Bergantim Mai de Deos do qual he Capitão Luciano Miguel S^a e Carvalho para serem destribuidos para diverços lugares com declaração das terras para onde foram remethidos”.

Dando sequência ao conteúdo do documento, temos:

“Do Porto do Rio de Janeiro para a Capitania do Espírito Santo em a Lanxa Conceição e S. Antonio e Almas (Mestre Francisco Caetano Simões)”.

Nessa leva, contamos duas famílias no total de 7 pessoas: Logo a seguir, na Sumaca Estrella (Mestre Jose Gonçalves Moledo), cinco famílias no total de 24 pessoas. Por último, na Sumaca Estrella (Mestre Manuel dos Santos Braga) mais cinco famílias no total de 23 pessoas. Nessa relação de 54 pessoas estão incluídos homens, mulheres e crianças, a maioria casada, alguns viúvos de ambos os sexos, filhos deste a mais tenra idade até maiores de vinte e um anos e agregados.

Seus nomes são:

Primeira Remessa

1^a leva:

Ignacio Cardoso e sua esposa Maria Joaquina (dois filhos) e a agregada Francisca Gonçalves;

Jose de Souza e sua esposa Ana Joaquina;

2^a leva:

Sebastião da Silva Cabral e sua esposa Maria do Espírito Santo (um filho);

Paulo José e sua esposa Maria Bernada (quatro filhos) e uma agregada Fortunata de São José (viúva com dois filhos);

Manuel Rabelo e sua esposa Jacinta Micaela (um filho);

Boaventura José e sua esposa Maria Jacinta (três filhos);

Vericimo José de Freitas e sua esposa Maria Angélica (três filhos);

3ª leva:

José Joaquim e sua esposa Ana Maria (três filhos);

José de Medeiros e sua esposa Maria Francisca (três filhos);

José Francisco de Medeiros e sua esposa Maria dos Anjos (dois filhos);

Manoel Cabral e sua esposa Maria Jacinta (três filhos).

A Segunda Remessa chegou ao Rio de Janeiro no Bergantim Rosário (Capitão Sergio Francisco Ferreira), sendo mandados para a Capitania do Espírito Santo em duas levadas. Na 1ª leva, na lancha Dom Jardim (Mestre Antonio Jose de Oliveira), e, na 2ª leva, na Lancha Invencível (Mestre Manuel Francisco Coelho de Aguiar), aqui chegando em 28 de março de 1813, num total de nove casais, um viúvo, sessenta e oito filhos e quatro agregados, perfazendo 91 pessoas.

Seus nomes são:

Segunda Remessa

1ª leva:

Manuel Caetano Silveira e sua esposa Ana de Jesus (três filhos);

José Matheus Bittancourt e sua esposa Maria de Jesus e um agregado,
Manuel Machado;

Jacinto Antonio e sua esposa Maria Victoria;

Manuel Vieira da Costa e sua esposa Anna Victorina (uma filha);

2ª leva:

Antonio Machado Corrêa e sua esposa Joana Rosa (sete filhos);

Francisco Martins Pacheco e sua esposa Beatriz Josepha (uma filha);

Francisco Machado e sua esposa Beatriz Maria (dois filhos);

Manuel Luiz de Souza e sua esposa Nazária Joaquina (oito filhos), e a
agregada Francisca Mariana;

Francisco Coelho Borges e sua esposa Maria Vicência (dois filhos);

João Gonçalves e sua esposa Lourença Rosa;

Manuel de Souza e sua esposa Maria Francisca (sete filhos) e o agrega-
do Francisco Coelho;

Matheus do Couto Barcelos e sua esposa Maria Joaquina (seis filhos);

Manuel Machado da Costa e sua esposa Ana Teodora (seis filhos);

Manuel Tristão de Mello e sua esposa Maria Angélica (dez filhos);

José Ferreira Louro e sua esposa Maria de Nazareth (dois filhos);

Inácio Ferreira Velho e sua esposa Francisca Mariana (três filhos);

Felix Gonçalves, viúvo (seis filhos);

Antonio José do Evangelho e sua esposa Joaquina Ignacia (três filhos);

José Luiz e sua esposa Maria Joaquim (um filho), e a agregada Maria de São José.

A Terceira Remessa chegou a bordo do Bergantim Mai de Deos (Mestre Luciano Miguel da Silva e Carvalho), no mês de novembro de 1813 e enviados em três levadas, respectivamente, na lancha Boa Viagem (Mestre Antonio do Coito), lancha Victoria (Mestre Manuel Alvarez Thomé) e Lancha Bom Destino (Mestre Antonio José de Oliveira). Desembarcaram na Capitania do Espírito Santo, nove casais na primeira, sete na segunda e um casal na terceira, perfazendo um total de dezessete casais, trinta e cinco filhos, no total de 69 pessoas, sendo a última do ano de 1813.

Seus nomes são:

Terceira Remessa

1ª leva:

Antonio Furtado e sua esposa Maria Joaquina (três filhos);

Manuel de Lima e sua esposa Maria Joaquina (quatro filhos);

Manuel Rodrigues e sua esposa Gertrudes Rosa (três filhos);

Jacinto de Souza e sua esposa Maria Luiza (oito filhos);

Antonio Pereira e sua esposa Bebiana de Jesus (uma filha);

Manuel de Almeida e sua esposa Maria da Estrella;

Antonio Pereira e sua esposa Luiza da Estrella;

Antonio Cordeiro e sua esposa Maria Jacinta (uma filha);

Joaquim José e sua esposa Antonia Jacinta (quatro filhos);

2ª leva:

Luiz Barbosa e sua esposa Ana Jacinta (um filho);

Antonio Lopes e sua esposa Maria de Jesus (dois filhos);

João da Costa e sua esposa Francisca do Espírito Santo (uma filha);

José de Medeiros e sua esposa Maria Francisca (dois filhos);

Manuel José da Costa e sua esposa Maria Ignacia (dois filhos);

Manuel da Costa e sua esposa Luiza Joaquina (três filhos);

3ª leva:

Manuel de Medeiros e sua esposa Francisca Joaquina (um filho).

No ano seguinte, é recebida a Quarta Remessa, mais precisamente em 7 de março de 1814, sendo essa a última, destinada à Capitania do Espírito Santo. Desembarca em Vitória, mais uma leva na Lancha São João (Mestre Narcizo Jose Teixeira), trazendo um casal com cinco filhos. Logo depois desembarcou um viúvo com uma filha, seis órfãs cujo pai Inácio José da Costa, viúvo, faleceu no

Rio de Janeiro e uma mulher na Lancha Bom Divino (Mestre Antonio Jose de Oliveira):

“vierão na Galera Hespanhola General de Laburia (Capitão Miguel Ayres Mendes), vindos da Ilha do Fayal na Galera denominada Divina Providência (Capitão Jacintho Manuel Radavalho)”.

No texto, consta um porto intermediário entre a Ilha do Faial e a cidade do Rio de Janeiro.

Seus nomes são:

Quarta Remessa

1ª leva:

Francisco Pereira Pimentel e sua esposa Rosa Luiza (quatro filhos);

2ª leva:

Francisco da Silveira Machado, viúvo, filha, Maria;

Maria, Luiza, Ignacia, Emerenciana, Narciza e Theodora, filhas de Inácio José da Costa, viúvo, falecido no Rio de Janeiro;

Josephina Narciza, filha de Manuel Dias de Aguiar e sua esposa D. Maria Rosa¹⁸.

Um fato interessante, que merece ser citado, foi o acontecido com as seis órfãs, cujas licenças para se casarem foram expedidas ainda na Corte, logo após o falecimento de seu pai na cidade do Rio de Janeiro. Três casaram-se em Vitória, quatro meses após seu desembarque e, a quarta, um mês depois. A quinta irmã casou-se em 1818 e, quanto à sexta irmã, por contar, à época da chegada, 10

¹⁸ APN, 1813, código 367.

anos, só veio a contrair matrimônio alguns anos depois, porém, seu futuro marido, veio a ser seu cunhado, Manoel Pereira Pimentel.

Segue a relação das órfãs com seus respectivos esposos: Jozefa Narciza com 20 anos casou-se com João, com 21 anos, filho do colono açoriano Paulo José, que veio na Primeira Remessa, em 11 de junho de 1814; Maria com 20 anos casou-se com Manoel, com 18 anos, filho do colono Francisco Pereira Pimentel em 11 de junho de 1814 (seriam gêmeas); Luiza Aurélia da Conceição de 18 anos casou-se com o Alferes Antonio de Freitas Lira, natural de Vitória, em 2 de junho de 1814; Emerenciana Francisca da Conceição com 13 anos casou-se com Francisco com 16 anos, irmão de Manoel, filho de Francisco Pereira Pimentel em 8 de julho de 1814; Narciza Francisca com 12 anos casou-se com Francisco Xavier das Chagas, natural da Vila de Guaraparim em 18 de janeiro de 1818; Theodora Luiza quando do falecimento de sua irmã Maria em data posterior, casou-se com seu cunhado Manoel Pereira Pimentel.

Esses fatos ocorridos há mais de duzentos anos e, que foram transmitidos pelos descendentes dessas famílias de uma geração a outra, através da tradição oral, chegaram aos nossos dias na fala da historiadora Maria Stella de Novaes, ao narrar como se conheceram a órfã açoriana Luiza Aurélia e seu futuro esposo Antonio de Freitas Lira:

“Conta-se, por exemplo, a passagem da chegada dos açorianos à Vila de Vitória: - Desejoso de conhecê-los pessoalmente, o Governador Rubim chamou-os ao Palácio. E notou que, dentre eles, estavam cinco irmãs, mocinhas lindas e esbeltas. Uma, Luiza Aurélia da Conceição, tinha apenas dezoito anos; despertou a atenção de um pajem do Governador, chamado Antônio de Freitas Lira, que não se conteve e alisou delicadamente os cachos maravilhosos da jovem lusitana! Acontecia, porém, que Rubim não era homem de brincadeiras”. E mais adiante: “Por isso, Antônio de Freitas Lira, dias após, casa-se com Luiza Auré-

lia. Originou-se, desse modo, na Capitania, a primeira família entre açorianos e brasileiros, a família Lira, que, até hoje, conserva suas belas tradições de amor ao Município e ao Espírito Santo”¹⁹

Com algumas correções, o relato mítico da família é coerente e, provavelmente, descreve o que verdadeiramente aconteceu.

Para finalizar este corte sincrônico, em que se desenrolaram esses acontecimentos, destacamos essa personagem histórica, que nos seus noventa e cinco anos de vida, deixou profundas marcas na historiografia regional, com sua atuação em diversos momentos, como quando recebeu o Governador Rubim em 1815, no início da construção da Igreja Matriz de Viana, tendo participado da primeira festa do Divino Espírito Santo, realizada em solo capixaba em 7 de julho de 1817, como Imperatriz, sendo seu esposo Antonio de Freitas Lira, Imperador, salvou já viúva, a Imagem de Nossa Senhora da Conceição, Padroeira do Município de Viana, de um incêndio que quase destruiu totalmente a Igreja Matriz em 1848, resgatando também, diversos Livros Paroquiais, sem os quais, boa parte deste texto não poderia ser escrito, hospedou em sua casa o Imperador D. Pedro II em 1860, servindo almoço e jantar ao ilustre visitante, assim como, o Presidente da Província o Dr. José Fernandes da Costa Pereira Junior na criação do Município e, instalação da Câmara Municipal de Viana em 1862, que funcionou em sua residência, por alguns anos, sem ônus nenhum para o erário Municipal. Natural da Ilha do Faial, provavelmente do Conselho de Horta, nascida no ano de 1795, teve três filhos que deixaram numerosa descendência no Espírito Santo e, em vários outros Estados do país, tendo falecido às sete horas da manhã do dia 17 de agosto de 1890 na sede da sua Fazenda Boa Vista em Viana, despertando assim, para outras aventuras em outras paragens.

¹⁹ Novaes, 1969, p. 117

Podemos extrair, dos Livros de assentos de óbito das Igrejas de N. S. da Conceição de Viana e da antiga Matriz de N. S. da Vitória, informações sobre o local de nascimento de muitos açorianos fornecidos por familiares, quanto do registro de suas mortes, nos anos seguintes aos seus desembarques e, podemos, com essas informações, identificar as suas ilhas de procedência, onde se conclui que a grande maioria é originária das Ilhas Terceira, principalmente do Conselho de Angra do Heroísmo, Freguesia de Santa Bárbara das Nove Ribeiras e de São Miguel e, em minoria da Ilha do Faial, principalmente do Conselho de Horta, pois na relação feita quando da sua vinda, somente na última remessa, aparece a Ilha do Faial como indicador de embarque.

Consta no Relatório de Paulo Fernandes Viana, Intendente de Polícia do Príncipe Regente, como data de posse do Governador Francisco Alberto Rubim, 6 de outubro de 1812, e, como data do desembarque da Primeira Remessa, na cidade do Rio de Janeiro, dos colonos açorianos, 28 de novembro de 1812. Os documentos do Arquivo Nacional e do Arquivo Público do Espírito Santo, que foram pesquisados e aqui relacionados, informam a data de 13 de fevereiro de 1813, havendo, nas fontes disponíveis, disparidade quanto a este assunto. Oficialmente, prevaleceu a segunda data, sendo esta a adotada como da fundação do atual Município de Viana.

Tudo leva a crer, baseando-se nos documentos pesquisados, que quando chegaram à vila de Vitória, alguns dos açorianos permaneceram por um determinado período de tempo, aqui hospedados, sem podermos definir o local, até que fossem enviados para a recém-fundada povoação de Viana, mais provavelmente por terra, apesar de se saber que muitos dos materiais para a construção da Igreja de N. S. da Conceição, na dita povoação, eram transportados por meio fluvial, através dos Rios Jucú, Jacarandá e finalmente o Santo Agostinho até o porto de Viana, que se localizava na encosta do morro atrás da Igreja. Esta tese é suscitada,

em razão das seis órfãs da família Costa e do casamento de uma delas, Luiza Aurélia com o Alferes Antonio de Freitas Lira, que ocorreu em 2 de junho de 1814, ou seja, quatro meses após seu desembarque, com um natural da cidade, que servia, como militar, diretamente subordinado ao Governador Rubim, assim como, seu interesse em conhecê-las na sede do governo e, a responsabilidade que tinha como responsável pelo projeto de colonização e, consequentemente pela adaptação e encaminhamento das jovens em terras capixabas. Não se sabe quem ficou encarregado da construção das casas de morada dos colonos, se os próprios ou outras pessoas contratadas ou requisitadas pelo governo para este fim, como ocorreu com a construção da Igreja de N.S. da Conceição na povoação de Viana em 1815, quando foram trazidos índios aculturados, oriundos da Vila de Nova Almeida situada ao norte de Vitória, ou se essas já estavam prontas na data do desembarque, para que fossem enviados para a povoação, imediatamente. Seguindo esta linha de raciocínio, sabendo-se que a Igreja Matriz de Viana teve sua construção iniciada em 1815 e, pelas circunstâncias peculiares do evento, reforçando essa afirmação.

Efetivamente, alguns casais não se adaptaram à região, ao clima e ao tipo de trabalho para o qual foram trazidos, até porque suas profissões, alguns eram artesões, não estavam ligadas ao meio rural, o que ocasionava descontentamento e a vontade de retornar a sua terra natal.

Vários outros fatores contribuíram para a insatisfação dos colonos, apesar do projeto de instalação beneficiá-los com áreas razoáveis de terra, casa de morada, animais e ferramentas para seu labor, além de mesadas para seu sustento e de suas famílias por um período de pelo menos dois anos até o advento da primeira colheita. Algumas intempéries, afirma o naturalista Auguste de Saint-Hilaire, contribuíram para tal desconforto:

“O ar de Viana, antes dos desbravamentos, que tiveram início logo depois, estava longe de ser salubre; os colonos não estavam acostumados a trabalhar sob sol ardente dos trópicos, e cometeram, logo ao chegar, a imprudência de formar arrozais nos alagadiços, próximos de suas moradias. Muitos homens adoeceram e morreram. As mulheres foram menos sacrificadas; saíam menos que os maridos, e assim não tiveram as mesmas ocasiões de beber águas más, e nem iam aos lugares pantanosos”.

No mesmo sentido, no seu texto:

“Assim que viram morrer alguns patricios, os ilhéus se apavoraram e pretenderam retirar-se. A isto, o governador se opôs, alguns fugiram, mas foram trazidos à força armada para Viana; quando de minha viagem, era ainda proibido aos novos colonos irem estabelecer-se em outra parte.”²⁰

A vinda de colonos dos Açores, vinha ocorrendo desde o final do século XVIII, para a região sul do Brasil, notadamente as Províncias do Rio Grande e Santa Catarina, o que era de conhecimento dos ilhéus através de parentes e conterrâneos que já haviam emigrado e, onde a agricultura e pecuária encontravam-se mais adiantadas, com as terras já desbravadas, o que não acontecia na desconhecida e inexplorada Capitania do Espírito Santo. Mais uma vez, lançamos mão do relato de Saint-Hilaire, para consubstanciar nossa assertiva:

“As queixas dos ilhéus se baseavam na razão única de lhes terem sido prometido terras em Minas Gerais, Rio Grande, Santa Catarina e não na Província do Espírito Santo.”²¹

Nos anos seguintes à fundação da povoação de Viana, encontramos informações

²⁰ Saint-Hilaire, 1974, p.109

²¹ *idem*, p.109

sobre a evasão desses ilhéus para outras regiões. Entre os anos de 1819 e 1822 na relação de passaportes do Arquivo Público Estadual, encontramos cinco famílias que embarcaram para o Rio de Janeiro, são estas: Manoel Luiz de Souza, sua mulher Narciza Joaquina e seus filhos Francisco Luiz de Souza, Joaquino Luiz, Flozinda Roza, Gertrudes Luiza e Maria Theodora, origem não relatada, em 6 de setembro de 1819; Felix Gonçalves, viúvo, suas filhas, Francisca, Claudia, Maria, Izabel e Anna, em 1 de outubro de 1819, naturais da Ilha do Faial; Jose Luiz e sua esposa Maria Joaquina, em 30 de outubro de 1819, naturais da Ilha de São Miguel; Maria Joaquina, casada com Matheus do Couto Barcellos, retorna sozinha com seus filhos Manoel do Couto e Maria, em 4 de março de 1822, naturais da Ilha Terceira; João da Silva e sua mulher Maria Balbina, filha de Antonio Jose do Evangelho, já falecido, em 25 de abril de 1822, naturais da Ilha de São Miguel, justamente no período da visita à povoação de Viana, dos naturalistas Saint-Hilaire, Wied-Neuwied e, do Bispo Dom José Caetano da Silva Coutinho, dentre outros, quando narram em seus escritos, que alguns dos colonos açorianos se encontram “afazendados” e, que prosperaram nos seus labores, fato que emanava ao se pesquisar os Livros de batizados de escravos, referentes aos anos entre 1818 e 1822, do acervo da Igreja de N. S. da Conceição, Matriz de Viana, onde se pode constatar que muitos de seus donos, são os casais de açorianos, a tão pouco tempo ali instalados. Este dado é relevante, em razão do valor monetário cobrado ao se adquirir escravos na Província do Espírito Santo.

Outro dado em que nos baseamos para esta afirmação é o levantamento mandado fazer pelo Governo Central no ano de 1855, com a finalidade de identificar, quantas propriedades rurais existiam na Província do Espírito Santo e, quais eram os seus donos, onde verificamos que alguns dos colonos açorianos haviam adquirido vastas porções de terra, na região da povoação de Viana. Como exemplo, podemos citar Dona Luiza Aurélia da Conceição, que declara possuir três

sesmarias, uma por doação de S.M. Dom João VI e as outras por compra aos herdeiros de Ignacia Pereira de Jesus. Temos também, o colono Manoel Pereira Pimentel, possuidor do lugar denominado “Bonito”, por compra que fez a Francisco Pinto Ribeiro, propriedade essa que confrontava com sua sesmaria e, seu irmão o Coronel da Guarda Nacional Jose Pereira Pimentel, filhos do colono Francisco Pereira Pimentel, falecido em 15 de março de 1815, um mês após sua chegada a povoação de Viana e, naturais da cidade de Horta capital da Ilha do Faial, que fez compra no ano de 1868 da importante Fazenda Belém, com casa de sobrado anexa a Igreja de N.S. de Belém, erguida em 1780, além de vários outros colonos e seus descendentes, tais como Francisco Xavier das Chagas, Manoel de Medeiros, Manoel Correia, Francisco Monteiro de Souza, Anna Theodora, Inácio Ferreira de Nazareth filho de Inácio Ferreira Velho, Manoel Martins de Souza, entre outros.

O projeto de colonização adotado gerou bons frutos, pois essa filosofia continuou norteando os governos futuros até o fim do século XIX. Como prova desta afirmação, nos anos seguintes foram trazidos e instalados no Espírito Santo, os pomeranos, austríacos, suíços, holandeses, espanhóis e uma grande população de italianos, dentre outras etnias, com a mesma finalidade.

Economicamente o Espírito Santo se mantinha quase que exclusivamente da produção da cana-de-açúcar, sendo que outros produtos existentes e cultivados como a mandioca, algodão, milho, feijão e arroz, eram basicamente para sustento próprio da sua população, sendo que dessa, pouco sobrava para ser comercializado em outras praças. Em 1817, existiam em todo o território da Capitania do Espírito Santo, setenta e cinco engenhos e sessenta e seis engenhocas, que produziam açúcar em quantidades ainda não claramente mensuradas, para que se pudesse avaliar com precisão o desempenho da indústria no período mencionado.

A escolha do arquipélago dos Açores para recrutamento de colonos pela Intendência Geral da Polícia, tendo à frente Paulo Fernandes Viana, deve-se a diversos fatores. Nas palavras de Oliveira Lima, era intenção do Intendente, além da vinda dos açorianos, um amplo plano de imigração portuguesa, sancionado por D. João em dezembro de 1810, com o intuito de utilizar na agricultura, a mão de obra dos expatriados em razão das repetidas destruições causadas pelos franceses em solo português. Falando mais genericamente, talvez seja pelo fato, dos açorianos em poucos anos da colonização das ilhas, já terem participado de eventos marcantes da história portuguesa em todos os continentes onde esta presença se fazia sentir, assim como, terem emigrado e se fixado nos mais remotos domínios da coroa portuguesa. Diversos autores aclamaram essa característica, como observamos neste trecho:

*“Logo alguns decênios após o início do seu povoamento, já os açorianos marcavam a sua presença na conquista e defesa de várias praças portuguesas do Norte de África, conforme consta das Saudades da Terra, de Frutuoso.”*²²

Outros afirmam que:

*“Naquele tempo não havia colonos disponíveis na Metrópole de que pudesse Fernandes Viana lançar mão, para trazer para o Brasil; e por isso voltou-se para as ilhas, visando também a colonização de outras capitânicas, embora somente na do Espírito Santo tivessem medrado esses colonos”*²³

Porém, não restam dúvidas da escolha e recrutamento desses ilhéus, por Paulo Fernandes Viana, para povoarem a Capitania do Espírito Santo, se insta-

²² Serrão, 1985, p.20.

²³ Balestrero, 1976, p.93.

lando na povoação de Viana.

Nesse contexto histórico, deve-se ressaltar os grandes desafios enfrentados por todos os participantes desse espaço de tempo, ao verem as mudanças que estavam ocorrendo, sendo eles próprios os principais personagens.

Perguntas ascendem, ao vislumbrarmos o período histórico, descrito nesta breve narrativa.

Era objetivo do Governo, com o assentamento dos açorianos na Capitania do Espírito Santo, diversificar a agricultura, baseada até então na monocultura da cana-de-açúcar, com a introdução do cultivo do trigo, do linho e do cânhamo, assim como, povoar regiões desabitadas. Podemos citar o historiador Heribaldo Lopes Balestrero, mais uma vez, para ilustrarmos a referência, quando escreve sobre a utilização das planícies ao redor da povoação para o plantio do trigo e do linho, o que foi feito com ótimos resultados, sendo o Governador Rubim elogiado pelo Príncipe Regente após receber amostras de linho na forma de meadas e toalhas com bordado e crivo, tecidas na povoação de Viana. A doação de pequenas propriedades, mediante sesmarias, aos açorianos, numa época onde prevaleciam os latifúndios, foi uma experiência cujos resultados foram utilizados nas próximas políticas adotadas sobre a divisão de terras.

A fundação da povoação de Viana, com a instalação dos casais de açorianos, ocorreu concomitantemente com a abertura da estrada ligando à Vila de Vitória a Vila Rica, atual Ouro Preto, na Capitania de Minas Gerais. A proximidade dessa Vila com a estrada de São Pedro de Alcântara, mais precisamente com o Quartel de Borba, que se localizava a poucas léguas dali, baseou-se num projeto pré-estabelecido, que iniciou a ocupação de uma região, cujos frutos perduraram até os nossos dias.

No presente, esses acontecimentos ocorridos há mais de duzentos anos

nos fazem levantar questões que ainda permanecem sem resposta, aguardando a luz da história para iluminá-la, desvendando afinal seus segredos mais íntimos.

FONTES PRIMÁRIAS:

Arquivo Público Estadual;

-Coleções: (Documentos Série Governadoria - Livro 6, série 751).

-Coleções: (Fundo Agricultura - Livro 74, 1ª série).

-Registro de Patentes Militares: Livro 18-A.

Arquivo Público Nacional;

-Relação dos Casais de Ilhéus – 1813 – código 367 – vol. I.

BIBLIOGRAFIA

BALESTRERO, Heribaldo Lopes. *O Povoamento do Espírito Santo (A Marcha da Penetração do Território)*. Sem nome Editora. Vitória, 1976.

CUNHA, Manuela C. *História dos índios no Brasil*. Editora Companhia das Letras. São Paulo, 1992.

HUM CAPIXABA, *Memórias para Servir à História Até o Ano de 1817 - Breve Notícia Estatística da Capitania do Espírito Santo, Porção Integrante do Reino do Brasil, Escritas em 1818 Por Hum Capixaba*, Publicado em Lisboa em 1840.

LEAL, João Eurípedes Franklin. *Espírito Santo: Documentos Coloniais*. Série

- Documentos Capixabas. Vol. 1. Editora FJSN. Vitória, 1978.
- LIMA, Oliveira. D. *João VI no Brasil*. 3ª Edição. Editora Topbooks. Rio de Janeiro, 1996.
- NOVAES, Maria Stella de. *História do Espírito Santo*, Rio de Janeiro, Editora: F E E S 1969. 455p.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. Editora Itatiaia. Belo Horizonte, 1974. 121p.
- SERRÃO, Joel (dirigido por). *Dicionário de História de Portugal*. Volume 1. Abadágio Castanheira. Livraria Figueirinhas/Porto, 1985.
- VASCONCELOS, Ignácio Accioly de. *Memória Estatística da Província do Espírito Santo*. Transcrição do manuscrito original realizada por Fernando Achiamé, Editora Arquivo Público Estadual. Vitória 1978.
- VIANA, Paulo Fernandes, Desembargador do Paço. *Abreviada Demonstração dos Trabalhos da Polícia em Todo Tempo que a Serviu o Desembargador do Paço Paulo Fernandes Viana* - Arquivo Público Nacional -TOMO 55 - págs. 373 a 380.
- WIED-NEUWIED, M., Príncipe de, *Viagem ao Brasil*. Edusp/Itatiaia. São Paulo/Belo Horizonte, 1989. 2 tomos em 1, 536 p.